



Comissão de Legislação, Justiça e Redação
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 165, DE 2007**

O Projeto de Lei n.º 165, de 2007, de autoria do Prefeito Municipal, que *Altera o art. 14 da Lei Municipal n.º 1.021, de 9 de novembro de 1993, que Dispõe sobre o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Indianópolis, e revoga a Lei Municipal n.º 1.355, de 5 de dezembro de 2002, e o § 3º, do art. 5º, da Lei Municipal n.º 1.375, de 12 de maio de 2003, e dá outras providências*, foi aprovado na forma regimental, com emenda.

Assim, somos de parecer que se lhe dê, como final, a redação em anexo, que está de acordo com o projeto, para que, sob esta forma, seja este enviado à sanção.

Sala das Reuniões, 10 de dezembro de 2007.


IDEVAN VAZ DE RESENDE
Presidente


LUSMAR ANTÔNIO PEREIRA
Membro


ROBERTO DIAS DA SILVA
Membro

Aprovado em 31/12/07

por unanimidade

Presidente da Comissão



Comissão de Legislação, Justiça e Redação
CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS-MG



PROJETO DE LEI N.º 165, DE 2007

Altera o art. 14, da Lei Municipal n.º 1.021, de 9 de novembro de 1993, que dispõe sobre o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Indianópolis, e revoga a Lei Municipal n.º 1.355, de 5 de dezembro de 2002, e o § 3º, do art. 5º, da Lei Municipal n.º 1.375, de 12 de maio de 2003, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 14, da Lei Municipal n.º 1.021, de 9 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. A remuneração mensal dos membros do Conselho Tutelar é fixada em R\$ 570,00 (quinhentos e setenta reais), a partir de 1º de janeiro de 2008.

Parágrafo único. A remuneração de que trata este artigo será reajustada na mesma data e com os mesmos índices aplicáveis aos servidores públicos municipais.”

Art. 2º As despesas previstas nesta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 02.01.05.08.243.0671.2029 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 3.1.90.04.00 – Contratação por tempo determinado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008.

Art. 4º Ficam revogados a Lei Municipal n.º 1.355, de 5 de dezembro de 2002 e o § 3º, do art. 5º, da Lei Municipal n.º 1.375, de 12 de maio de 2003.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 3 de dezembro de 2007.

RENES JOSÉ BORGES PEREIRA
Prefeito Municipal